

SUPREMACIA DA MASCULINIDADE: QUESTÕES INICIAIS PARA UM DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E EDUCAÇÃO

Edla Eggert

Resumo

O objetivo deste texto é iniciar um debate sobre a supremacia da masculinidade no processo educativo, que produz a manutenção da violência contra as mulheres e a manutenção da sexualidade limitada para todos. Como está posta essa discussão da inferiorização da mulher em detrimento do homem? A análise das artimanhas e eficácias deste processo, que se constrói culturalmente e que vem de longa data, é feita com base em algumas teorias feministas. Busca-se relacionar a experiência metodológica produzida pela teologia feminista para um exercício introdutório. Este consiste em imaginar como visibilizar os processos de aprender a ser mulher e a ser homem nos dias de hoje. Apresenta-se, ao final do texto, o exercício de imaginar uma educação que reconsidere saberes vividos na experiência do mundo das mulheres, para reconduzir práticas educativas na direção de relações humanas mais igualitárias e menos subjugadas.

Palavras-chave: supremacia da masculinidade, violência, educação.

THE SUPREMACY OF MALENESS: PRIMARY ISSUES FOR A DEBATE ON VIOLENCE AGAINST WOMEN AND ON EDUCATION

Abstract

This paper aims at starting a debate on the supremacy of maleness in the educational process: it leads to the maintenance of violence against women, besides the maintenance of limited sexuality for everybody. How is the issue of women's inferiority towards men approached in everyday life? The analysis of the tricks and of the effectiveness of this process, which has been culturally constructed for a long time, is based on some feminist theories. I try to report the methodological experience produced by a feminist theology as an initial exercise. It consists of thinking about how the process of learning how to be a woman and a man, nowadays, can be made visible. At the end of the text, I present the exercise of viewing education that takes into consideration the knowledge experienced by women so as to re-direct educational practices towards more equal and less subjugated human relations.

Key-words: supremacy of maleness, violence, education.

O fator que desencadeou a escrita deste texto, sobre o tema da violência contra mulheres, diz respeito a minha participação em um seminário, organizado por um grupo denominado Católicas Pelo Direito de Decidir (CDD)¹. O debate foi com integrantes de movimentos ecumênicos, representantes de casas de acolhimento públicas e pessoas interessadas no debate desse tema. O seminário Violência Contra as Mulheres e Religião, realizado em Blumenau, em junho de 2004, possibilitou que um grupo de aproximadamente 25 mulheres e dois homens (re)pensassem a construção da identidade religiosa de cada pessoa lá presente. Além disso, trouxe, conseqüentemente, a percepção da manutenção da violência física e simbólica com base em argumentos teológicos. Realizou-se uma metodologia de trabalho com o objetivo de resgatar experiências, através de pequenas descrições, em trabalhos de grupo. Ou seja: buscou-se fazer uma visualização, nas histórias de vida de cada pessoa presente, das narrativas de quem trabalha ou vivencia situações de violência, e reler as narrativas à luz da suspeita feminista sobre essas posturas. Em cada trabalho, foram levantados dados qualitativos do que poderia ser a construção e a manutenção da violência contra as mulheres. Partimos de perguntas-eixo, como: “Quais são os elementos religiosos que aparecem na fala e na postura das mulheres em situações de violência, com as quais trabalhamos ou convivemos? Qual é a postura profissional diante deste elemento religioso na história de vida destas mulheres? O que fazemos com essas ‘falas’ na perspectiva profissional?”.

Ao participar destes exercícios e trabalhos em grupo, não pude deixar de fazer associações diretas ao trabalho com educadoras e educadores, de modo geral. Ou seja, foi inevitável não pensar sobre o elemento religioso, que se mantém no fundo do baú de quem vive em situação de violência e também de quem trabalha com essa realidade – ou nem tão no fundo – e que acaba interferindo profundamente na ação pedagógica escolar e não-escolar.

Entro no corpo deste texto pelo tema da violência contra as mulheres, que os homens, e também as mulheres, foram constituindo na História como “natural”. Chegamos à estranha e familiar sensação de que há, como bem assinala Margarita Pisano (2001), um triunfo, um poder que se move e não se demove, mas permite uma cumplicidade. Com essas relações de poder, vamos perpetuando uma lógica dualista de bem e mal, que, na experiência brasileira, vem atravessada por uma

¹ Informações sobre este grupo podem ser obtidas através do site www.catolicasonline.org.br.

religiosidade híbrida e contagiante. Este é um saber construído pedagogicamente que precisa ser visibilizado e analisado.

Visibilizar o androcentrismo

A masculinidade, como referência através das filosofias dos homens, reforça o poder androcêntrico e ensina as mulheres a serem patriarcais. Ressalto, aqui, três textos diferentes, no campo das teorias feministas, em que as autoras apresentam a possibilidade da análise sobre como ocorre o aprendizado de ser mulher e ser homem, na contemporaneidade, ou seja, a didática de um triunfo da masculinidade no cotidiano. Trata-se, neste caso, das publicações da brasileira Helieth Safioti, no livro *Poder do macho* (1987); da chilena Margarita Pisano, no texto *Triunfo da masculinidade* (2001); e da norte-americana Andrea Nye, na obra *Teoria feminista e as filosofias do homem* (1995).

A obra de Margarita Pisano (2001) tem representado um desafio, para reler o processo de formação da circularidade e/ou centralização em torno do poder masculino. O texto é desestruturador, demolidor. Sempre que retomo essa leitura, tenho gana de paralisar o tempo e o espaço. Tal sentimento surge a partir da leitura de passagens como esta, em que a autora analisa a questão de as mulheres situarem sua falta de limites como lugar de demarcação:

A falta de limites tem sido uma das chaves mais importante na construção, constituição e criação da feminilidade que marca nossos corpos sexuais pela culpa e nos sinaliza como objetos disponíveis de ser tomados para sempre ou por um tempo, com ou sem nosso consentimento. Creio que colocar limites em nossas vidas é uma aprendizagem nova e difícil. Não sabemos exercer esse direito de individuação sem sentirmo-nos culpadas de escapar da estrutura da feminilidade, desenhada para a entrega total através de amores e maternidades exercidas sem restrições (PISANO, 2001, p. 71).

Não saber o que fazer com o direito da individuação, sem se sentir culpada e, ao mesmo tempo, sem conseguir liberar-se da estrutura da feminilidade, demarcada através da entrega total do amor e da maternagem, é um problema. Ou seja: poder-se-ia inferir que a eficácia da dominação patriarcal é tanta, que não conseguimos nomear o que somos, sem que caíamos no modelo impingido da boa mãe, guardiã da moral do pai, da sedutora, da histérica, da frágil e intempestiva mulher.

Ou, como bem situa Andrea Nye (1995, p. 267), “A teoria não tem origem na natureza nem na lógica, mas na luta para dar sentido à atividade humana”. Se for assim, como a teoria feminista tem conseguido nomear ou renomear o que são as mulheres?

Segundo Nye (1995, p.267), as mulheres feministas vêm construindo um propósito “para a história feminista, para a análise feminista [...]”. A autora afirma que esse propósito vem emprestado do pensamento masculino. Conforme Nye: “As filosofias dos homens são teorias das atividades dos homens, atividades essas que desde o início excluem as mulheres; a meta da teorização masculina é racionalizar as inconsistências e a destrutividade dessas atividades” (NYE, 1995, p. 267). Essas atividades e filosofias “não podem servir a propósitos feministas sem acomodação” (NYE, 1995, p. 267), ou seja, devem ser questionadas. Isto é o que se vem fazendo. A autora retoma o modo como as feministas rastream o conhecimento sistematizado do liberalismo, do marxismo, da psicanálise, do estruturalismo e da virada lingüística, para acrescentarem sua perspectiva. Isto, porém, segundo Nye (1995), não é o suficiente. Para a autora, há uma suspeita de que deve existir um conhecimento a ser sistematizado, com base no ato de dar sentido a atividades das mulheres.

Assim como Nye, Margarita Pisano (2001) analisa que as mulheres necessitam redescobrir seus espaços, porque a feminilidade não é um espaço autônomo, pois foi configurado conforme os desejos e medos masculinos. Pisano (2001) propõe que as mulheres consigam abrir mão da feminilidade masculina (o feminino patriarcal) instalada em uma “memória corporal” de um feminino essencialista. A autora critica o triunfalismo de certas feministas, que apontam os “avanços das mulheres” pela conquista de lugares antes hegemonicamente masculinos. Pisano (2001, p. 20) afirma que “O conceito de patriarcado pode estar sujeito à discussão, à remodelação, no entanto, o que não é questionado é a cultura da masculinidade que segue sendo a única macrocultura possível, a única criada pela humanidade, e esse é o seu triunfo”.

Na obra das duas autoras, percebo um indicativo que desejo percorrer não somente neste texto, mas ao longo de todas as minhas investigações: a idéia de que é justamente nos saberes menosprezados das e pelas próprias mulheres que existe a possibilidade da recriação, da visibilização de saberes e, com isso, da construção de outros espaços e

formas de poder². O pensamento de autonomia, indicado pelas autoras, sugere que se entabule um “diálogo horizontal com a masculinidade desde um lugar criado externamente às mulheres, liberando-as dos nostálgicos desejos de permanecer numa cultura que, por mais que se queira ler como própria, segue sendo alheia” (PISANO, 2001, p. 21). O triunfo da masculinidade tem sido constante e permite exercitar um diálogo sobre o lugar do feminino, mas como parte subordinada de uma estrutura fixa. Ou seja, o feminino só pode dialogar dentro da masculinidade, pois vive para ela. Pisano (2001, p.19) afirma que:

[...]não podemos desmontar a masculinidade sem desmontar a feminilidade[...] A construção e localização que tem sido feita de nós mulheres como gênero não é neutra, a masculinidade necessita de colaboradoras, mulheres/femininas, funcionais para sua cultura, sujeitos secundarizados que focalizem sua energia e criatividade em função da masculinidade e suas idéias (PISANO, 2001, p. 19).

Na visão de gênero, as mulheres são sempre vítimas. Por trás disso, há elementos da ordem simbólica do patriarcado.

Não é por acaso que Andréa Nye resgata a figura de Aracne. Ela resistia ao poder de Atena, que nascera, “no mito grego de Zeus, sem mãe, filha fiel do pai, da frente do Zeus helênico” (NYE, 1995, p. 273). Atena é o feminino patriarcal, zelando pela cultura masculina, como elemento central e ideal. Ela representa muitas de nós, feministas, que, de vez em quando, lutamos por um lugar na lógica do mundo público estabelecido pelos homens na História. Pela racionalidade, fomos compondo um conhecimento necessário para a sobrevivência do nosso argumento de participação. Aprendemos, com os homens, estratégias de sobrevivência nos espaços públicos e acabamos afastando-nos de Aracne, figura menor, tecelã, que é lembrada em ilustrações de vasos, descobertos por pesquisas arqueológicas. Há, segundo Pisano (2001), uma necessidade profunda de desconstruir o essencialismo do feminino e redescobrir o que este vem a ser de fato, a partir das mulheres.

Heileieth Saffioti (1987) comenta a naturalização do poder do macho, que constrói uma pedagogia eficiente, ao ponto de a usarmos como referência, quando ensinamos, de maneira inquestionável, o poder que é atribuído aos homens. Saffioti (1987) relembra a supremacia

² Atualmente, venho realizando uma pesquisa com o seguinte título: “Mulheres tramando contra a violência: a produção do conhecimento na ação simultânea do pensamento e da criação artesanal”, financiada pela UNISINOS e pela FAPERGS.

masculina, no sistema capitalista, estruturando o trinômio patriarcado-racismo-capitalismo. Patriarcado e racismo, os dois sistemas mais antigos de dominação e exploração, alcançam, no capitalismo, ferramentas necessárias para uma efetiva naturalização do poder de dominação e exploração do homem. Isto, de acordo com Saffioti, no entanto, prejudica a sexualidade e a vida dos homens, de modo geral. Eles também sofrem, ao terem de provar o tempo inteiro que são fortes, que não têm medo, que desejam sexo o tempo inteiro, e que não podem manifestar carinho e desejo para com seus outros homens.

Segundo Saffioti (1987, p. 11), há ainda raros registros históricos sobre o que as mulheres produziram no “devir histórico” e isso também acontece para homens de categorias sociais discriminadas. Pode parecer que são coisas insignificantes, mas constroem, com o tempo, a “superioridade” do homem ou de um tipo de homem.

Assim, torna-se bem claro o processo de *construção social da inferioridade*. O processo correlato é o da *construção social da superioridade*. Da mesma forma como não há ricos sem pobres não, há superiores sem inferiores. Logo, a *construção social da supremacia masculina* exige a *construção social da subordinação feminina*. Mulher dócil é a contrapartida de homem macho. Mulher frágil é a contraparte de *macho forte*. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do *macho superior* (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

Margarida Pisano (2001), Andréa Ney (1995) e Heleieth Saffioti (1987, 2004) estão muito próximas, no meu modo de ver, de argumentos que apontam para uma pesquisa em processo: uma investigação quase invisível, no interior de muitas de nós, buscando o lugar de nós mesmas. São os fios de Aracne em busca de outros desenhos.

As marcas pedagógicas da violência de gênero

O que seria educar de forma sexista? Pensar de maneira sexista? As coisas ditas de uma determinada forma são normalizadas e se invisibilizam no dia-a-dia – como, por exemplo, sugerir que as meninas são naturalmente “quietinhas” e obedientes e não precisam de muito espaço! Devemos questionar, então, de onde vêm essas afirmações, que ouvimos corriqueiramente, até em fila de banco? Nós educamos para qual tipo de ser humano, quando repetimos esses “conceitos” sobre as meninas? Educamos com qual perfil “universal” quando dizemos que os meninos precisam de mais tempo ao ar livre, nos campos de futebol,

para “gastar” energia? Ou quando dizemos aos meninos que eles não podem chorar, pois, caso isso ocorra, serão considerados “maricas”? Ou, ainda, quando propomos para as meninas, nas salas de aula, que cuidem da limpeza e da beleza do local, enquanto mandamos os meninos para fora da sala, buscar coisas e fazer a horta?

Além destas, há outras questões de gênero na educação. Por exemplo: indicamos livros escritos por mulheres, para serem lidos? Conhecemos a história do feminismo, pelo menos no Brasil? Convidamos mulheres para fazer palestras? Ou enaltecemos, constantemente, o único homem presente na sala de aula, dando-lhe a palavra e, por causa dele, usamos toda nossa linguagem no masculino, “afinal tem um homem na sala!”.

São essas e outras tantas questões repetidas no cotidiano que nos compõem como mulheres guardadoras de uma masculinidade triunfante. Ensinamos de tal maneira, que cuidamos muito para que as mulheres sigam sendo “ajudadoras” no orçamento doméstico e que os homens auxiliem as suas mulheres nos “seus” afazeres da casa. Ainda nos orgulhamos dos nossos filhos que fazemos engenheiros e, mais ainda, das nossas filhas que o pai leva ao altar? (A festa é proporcional). São essas pequenas violências, especialmente no campo das simbologias e do imaginário, que compõem uma compreensão de inferioridade e superioridade.

Insiro novamente, nesta argumentação, a experiência da metodologia da teologia feminista no que me parece que ela tem de mais consistente: suspeitar do modo como foram contadas as histórias bíblicas (DEIFELT, 2003; EGGERT, 1999). Neste sentido, sugiro reler os textos. Na experiência da educação, reler os processos pedagógicos que foram construídos e naturalizados com várias suspeitas. Buscar instrumentais de outros campos do conhecimento para alimentar caminhos talvez inusitados. Questionar as hierarquias. Rever as margens onde as mulheres geralmente se encontram no ato de produzir conhecimento, entendido este apenas como mantenedor e reproduzidor da vida.

Nesse contexto, trago um excerto de Lya Luft (2004), com a seguinte “confissão”:

Lembro da última vez em que praticando a religião [...] fiz minha derradeira chamada confissão.

Entre os pecados de sempre [...], veio o tema: eu tomava pílula. [...] O padre, um velho suíço, que já não exigia aquele ajoelhar-se no confessional, mas uma conversa de seres humanos frente a frente, me olhou com seus olhos inteligentes, suspirou e disse:

- Mas pílula lhe faz mal ou bem?
- Faz bem porque sou muito desregulada, e evita cólicas, as minhas são graves.
Os dois sabíamos aonde ia levar aquela conversa, mas, ele resignado e eu irritada por estar ali e com a inutilidade de tudo aquilo para a minha vida, continuamos.
- Então a senhora toma a pílula como remédio.
- Não, padre, eu tomo expressamente para evitar filho.
- Mas se também lhe faz bem para a saúde...
- Tive um gesto de indelicadeza do qual ainda me arrependo, tantos anos depois:
 - Padre, o senhor me desculpe. O que estamos fazendo aqui é sofismar. E afinal, vamos conseguir enganar a Deus com essas argumentações? (LUFT, 2004, p. 54).

O que pode nos alcançar essa crônica de Lya Luft? Várias coisas. Entre estas, que o padre estava sugerindo uma “transgressão” para a manutenção da ordem católica papal (leia-se patriarcal!). Ao mesmo tempo, pode-se apreender do texto que sofismar (o mundo da retórica, tão bem ensinado desde os gregos!) não leva a nada, e que é melhor abandonar a prática da confissão, como fez a autora. Mais que isso, contudo, nessa crônica, Lya Luft estabelece uma relação entre Eva e Maria. E diz ao padre que estava sendo Eva, ao tomar a pílula, e continuaria a sê-lo. A pecadora e a santa: eis a divisão na construção da identidade feminina, alimentada nos ensinamentos cristãos – e não apenas nos católicos.

Uma vez estabelecida a pedagogia da culpa sobre as mulheres, através da crença de que foram elas que trouxeram o mal para o mundo, instala-se um modo de fazer crer que as mulheres merecem realmente “ser menos”. Merecem o castigo. Merecem serem punidas e reeducadas. Desta forma, geralmente os homens, que sabiam escrever, foram escrevendo sobre as mulheres e, com isso, “inscrevendo” modos de ser, fundamentais para conseguirmos detectar uma ação muito comum entre nós, mulheres: sermos subjugadas e, além de tudo, admirarmos quem nos subjuga. Segundo Pisano (2001), essa é uma chave poderosa, que vira de ponta-cabeça nosso modo de pensar sobre nós mesmas. Se esta for percebida e destacada como uma *situação-limite* (FREIRE, 1997), talvez seja possível efetivar nossa “des-identificação” com o patriarcalismo.

A divisão entre santidade e maldade limita a capacidade do entendimento das mulheres sobre si mesmas. Elas se confundem constantemente e se culpam, quando chegam mais perto de Eva. Sentem necessidade de buscar o modelo de Maria, mas, como sentir prazer

através do corpo, se foi através dele que se construiu praticamente toda argumentação do mal, existente na terra [Eva]? Como apreender a santidade de Maria, se o corpo, com todas as suas contingências, se faz presente? Somente a maternidade, que é corpo dobrado, pode fazer chegar à santidade. Deste modo, porém, perdem todos, sofrem todos, mentem todos. A violência contra as mulheres se justifica, nesse jogo, pelo fato de elas se verem e serem também vistas como a maldade, que precisa ser controlada e, se preciso for, até eliminada.

Em um de seus últimos textos, Freire (2000) apresenta o conceito de desgentificação. Esta parece ser a palavra viável para este esvaziamento, através da inferiorização e culpabilização, estabelecidas pelo discurso religioso patriarcal, que se capilariza num processo pedagógico profícuo, em todas as outras áreas de convívio das relações humanas. Quando Pisano (2001) anuncia que não se pode desmontar a masculinidade patriarcal sem desmontar a feminilidade presente a partir daquela, temos um desafio constante para pensar a educação. Não há caminhos senão caminhando; não há modelos, mas há que se fazer perguntas, tentativas e experimentações.

Para concluir

O “triumfo da masculinidade”, as “filosofias dos homens” e o “poder do macho” ensinam as mulheres a serem patriarcais. Produzem e reproduzem marcas pedagógicas sexistas, que contribuem para a violência e a inferiorização das mulheres. Quando conseguimos vivenciar, através de metodologias que nos confrontam com a própria narrativa e com a de outras pessoas, sobre temas relacionados com as reproduções que fatalmente conduzem à violência de todas as formas e com variações de intensidades, percebemos a inferiorização que é imputada às mulheres. Ao perceber essa pedagogia, também, iniciamos um debate, gerador de outros olhares e escutas, com base nas resistências e nas rebeldias que sempre estiveram presentes na história como formas de sobrevivência de quem vive processos de subjugação. A possibilidade da utopia advém da busca pela crítica necessária do que ainda se vive. Além disso, é confrontada com ensaios de resgate das aprendizagens de outros espaços singulares, mesmo que marginais. Estes podem estabelecer elos de fortalecimento criativo para uma outra educação. As Aracnes estão de volta e tecem peças em muitas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- DEIFELT, Wanda. Educação Teologia e metodologias da teologia feminista. In: SOTER (Org.). *Gênero e Teologia: interpelações e perspectivas*. São Paulo: Loyola/Paulinas, 2003, p. 265-282.
- EGGERT, Edla. A mulher e a educação: possibilidades de uma releitura criativa da hermenêutica feminista. *Revista Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, v. 3, n. 5, p. 19-28, 1999. Série Educação.
- FIORENZA Elizabeth S. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- FREIRE, Paulo. *A pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LUFT, Lya. *Pensar é transgredir*. São Paulo: Record, 2004.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.
- PISANO, Margarita. El triunfo de la masculinidad. Disponível em: <<http://www.creatividadfeminista.org/articulos/masculinidad.htm>>. Acesso em 20/08/2005.
- SAFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

Edla Eggert é professora e pesquisadora no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, Coordenadora do GT 06 de Educação Popular da ANPED (2005 e 2006), publicou juntamente com o Professor Danilo Streck (UNISINOS) e o Professor Emil Sobottka (PUC) o livro 'Dizer a sua palavra', editora Seiva(2005).
E-mail: edla@unisinos.br

Artigo recebido em setembro/2005